



**AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO
DAS BACIAS
DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ**

- AGÊNCIA REGULADORA PCJ -

RELATÓRIO DE GESTÃO

2017

SUMÁRIO

1 - APRESENTAÇÃO	2
2 - IDENTIDADE INSTITUCIONAL	3
3 - MUNICÍPIOS INTEGRANTES	4
4 - DIRETRIZES ESTRATÉGICAS	6
5 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	7
6 - ESTRUTURA FUNCIONAL	8
7 - ESTRUTURA FÍSICA	9
8 - DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES	10
9 - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E INSTITUCIONAIS	16
10 - DEMONSTRATIVO CONTÁBIL E FINANCEIRO	21
11 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	26

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2017

1 - APRESENTAÇÃO

A ARES-PCJ – Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência Reguladora PCJ), é associação pública, criada na forma de consórcio público, como pessoa jurídica de direito público interno de natureza autárquica e integrante da administração indireta de todos os municípios consorciados.

Sua criação foi um marco para a região, pois nasceu da vontade de prefeitos e de dirigentes dos serviços municipais de saneamento, a fim de atender as exigências da Lei federal nº 11.445/2007 (Diretrizes Nacionais do Saneamento Básico). Com o apoio do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ) tornou possível viabilizar a sua instalação.

Os objetivos da ARES-PCJ estão voltados para a regulação e a fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, através da gestão associada de serviços públicos, nos municípios associados; verificar e acompanhar o cumprimento dos planos de saneamento básico; fixar, reajustar e revisar os valores das taxas, tarifas e preços públicos dos serviços de saneamento básico; homologar, regular e fiscalizar os contratos de prestação de serviços públicos de saneamento básico; editar normas e regras, etc.

A ARES-PCJ encerrou o Exercício de 2017 com atuação em 55 (cinquenta e cinco) municípios associados, sendo 39 (trinta e nove) municípios consorciados, que estão descritos no Protocolo de Intenções convertido em Contrato de Consórcio Público, e 16 (dezesesseis) municípios conveniados, que são atendidos através de Convênio de Cooperação.

As atividades desenvolvidas no Exercício de 2017 foram executadas em conformidade com o Programa Anual de Trabalho, incluindo ações de regulação e fiscalização da prestação dos serviços de abastecimento público de água tratada e esgotamento sanitário nos municípios associados, além dos serviços ligados aos resíduos sólidos domésticos no Município de Piracicaba.

Assim, para que produza os devidos efeitos legais, de publicidade e transparência, a Diretoria Executiva da Agência Reguladora PCJ apresenta este Relatório de Gestão, com objetivo de demonstrar as principais atividades e ações desenvolvidas, relativas à regulação e fiscalização, atividades administrativas, além de outras atividades complementares.

Este Relatório de Gestão, também, visa promover a prestação das contas da Agência Reguladora PCJ, através dos demonstrativos de seus balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, relativos ao Exercício de 2017.

**DIRETORIA EXECUTIVA
ARES-PCJ**

2 - IDENTIDADE INSTITUCIONAL

NOME

Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí

NOME FANTASIA / SIGLA

Agência Reguladora PCJ / ARES-PCJ

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

13.750.681/0001-57

NATUREZA JURÍDICA

Associação Pública

FORMA DE CONSTITUIÇÃO

Consórcio Público de Direito Público Interno

FINALIDADE

Regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico nos municípios associados

PRAZO DE DURAÇÃO

Indeterminado

ENDEREÇO

Rua Sete de Setembro, nº 751 – Centro – Americana / SP – CEP 13465-320

TELEFONES

(19) 3601-8962 / 3601-8965

ENDEREÇO ELETRÔNICO

arespcj@arespcj.com.br

PÁGINA NA INTERNET

www.arespcj.com.br

NORMAS LEGAIS

Constituição Federal de 1988 - Art. 241 (NR - Emenda Constitucional nº 19/1998)

Lei Federal nº 11.107/2005 - Lei dos Consórcios Públicos e Decreto nº 6.017/2007

Lei Federal nº 11.445/2007 - Política Nacional de Saneamento Básico e Decreto nº 7.217/2010

Protocolo de Intenções (convertido em Contrato de Consórcio Público) e Estatuto da ARES-PCJ

REPRESENTANTE LEGAL

Jaime César da Cruz - Prefeito Municipal de Vinhedo e Presidente da ARES-PCJ

PERÍODO DE MANDATO

De 01/04/2017 a 31/12/2018

3 - MUNICÍPIOS INTEGRANTES

A Agência Reguladora PCJ, ao final do Exercício de 2017, estava constituída por 55 (cinquenta e cinco) Municípios Associados, sendo 39 (trinta e nove) consorciados e 16 (dezesesseis) conveniados). Os Municípios Consorciados possuem Leis de Ratificação do Protocolo de Intenções da ARES-PCJ, convertido em Contrato de Consórcio Público, enquanto os Municípios Conveniados possuem Leis Autorizativas para assinatura de Convênio de Cooperação com a Agência Reguladora PCJ.

3.1 - MUNICÍPIOS CONSORCIADOS

Nº	MUNICÍPIO CONSORCIADO	LEI DE RATIFICAÇÃO	Nº	MUNICÍPIO CONSORCIADO	LEI DE RATIFICAÇÃO
01	Americana	5.460/2013	21	Louveira	2.320/2013
02	Amparo	3.767/2014	22	Mogi Guaçu	4.988/2016
03	Analândia	1.710/2011	23	Mogi Mirim	5.030/2010
04	Araras	4.679/2014	24	Monte Alegre do Sul	1.574/2011
05	Artur Nogueira	3.006/2010	25	Nova Odessa	2.611/2012
06	Atibaia	3.954/2010	26	Pedreira	3.077/2010
07	Bom Jesus dos Perdões	2.360/2014	27	Piracaia	2.564/2010
08	Campinas	14.241/2012	28	Piracicaba	7.371/2012
09	Capivari	3.755/2010	29	Rafard	1.595/2013
10	Cordeirópolis	2.677/2010	30	Rio Claro	4.129/2010
11	Corumbataí	1.416/2010	31	Rio das Pedras	2.662/2011
12	Cosmópolis	3.324/2010	32	Saltinho	548/2014
13	Holambra	857/2015	33	Salto	3.250/2014
14	Hortolândia	2.645/2010	34	Santa Bárbara d'Oeste	3.383/2012
15	Indaiatuba	6.428/2015	35	Santa Maria da Serra	1.168/2011
16	Ipeúna	926/2010	36	Santo Antônio de Posse	2.543/2010
17	Iracemápolis	1.844/2010	37	São Pedro	3.041/2013
18	Jaguariúna	2.029/2010	38	Valinhos	4.671/2011
19	Jundiaí	8.266/2014	39	Vinhedo	3.570/2013
20	Limeira	5.157/2013			

3.2 - MUNICÍPIOS CONVENIADOS

Nº	MUNICÍPIO CONVENIADO	LEI AUTORIZATIVA	Nº	MUNICÍPIO CONVENIADO	LEI AUTORIZATIVA
01	Araraquara	8.178/2014	09	Jumirim	Dispensada ²
02	Brotas	015/2015 ¹	10	Leme	3.655/2017
03	Cerquilha	3.113/2014	11	Paraibuna	2.910/2014
04	Dois Córregos	4.87/2015	12	Pirassununga	4.594/2014
05	Ibaté	2.973/2016	13	Porto Feliz	5.466/2016
06	Itirapina	2.860/2017	14	Santa Rita Passa Quatro	3.268/2016
07	Itu	1.867/2017	15	Sorocaba	11.531/2017
08	Jaboticabal	4.831/2017	16	Tietê	3.437/2014

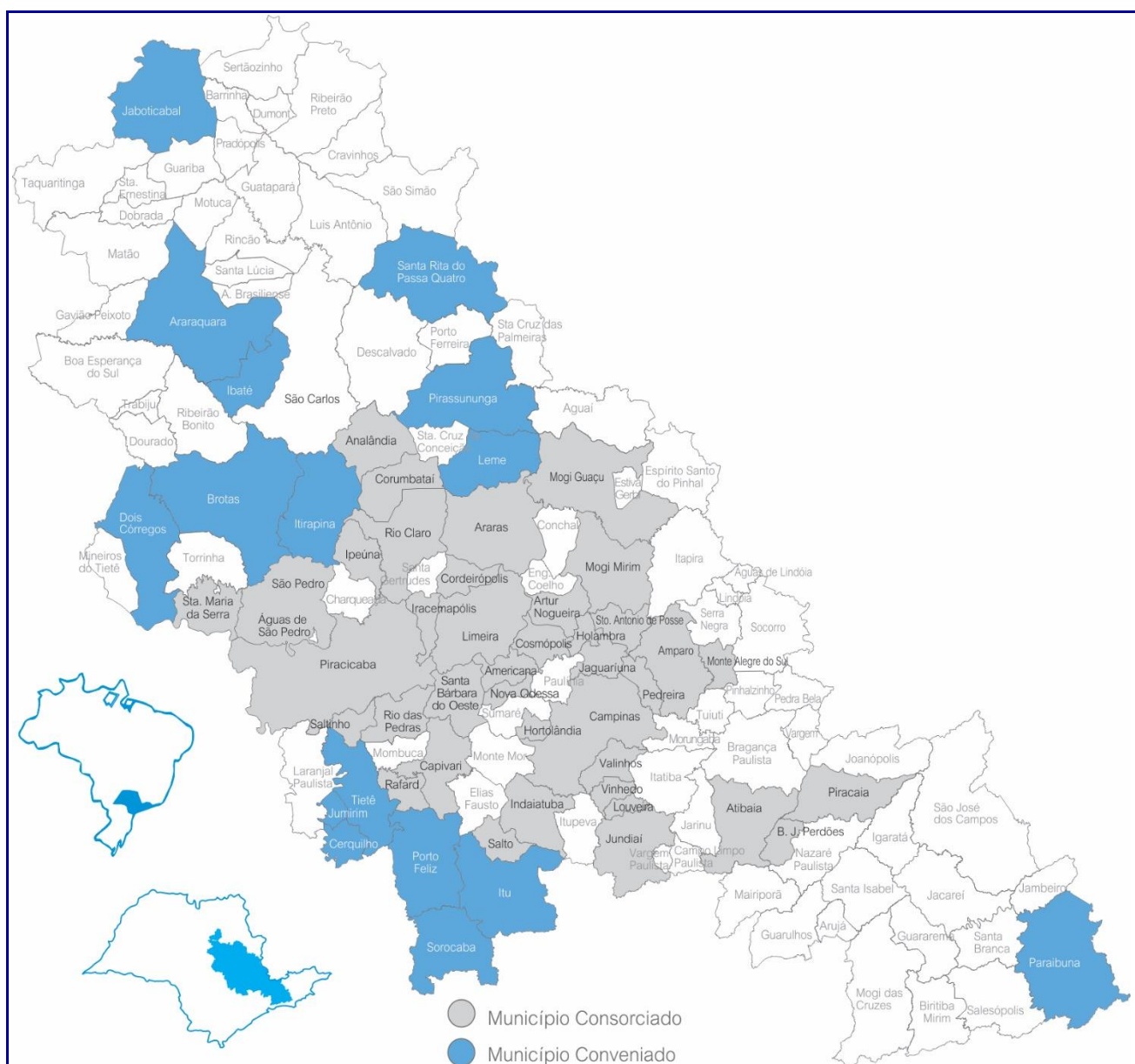
¹ Chamada Pública

² Dispensa de Autorização Legislativa por força da ADIN 0082039-74.2011.8.26.0000-SP

3.3 – ÁREA DE ATUAÇÃO

As bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (bacias PCJ) são apenas um referencial geográfico da área de atuação da Agência Reguladora PCJ, e não um fator limitante.

Conforme o art. 23, § 1º, da Lei federal nº 11.445/2007, uma agência reguladora pode atuar no limite de seu respectivo Estado, dessa forma a ARES-PCJ atua em outros municípios do Estado de São Paulo, localizados em outras bacias hidrográficas.



4 - DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

A Agência Reguladora PCJ possui as seguintes Diretrizes Estratégicas:

MISSÃO

Regular e fiscalizar os serviços públicos de saneamento básico nos municípios associados, com base em normas e indicadores que garantam sua excelência e contribuam para o equilíbrio nas relações entre usuários, prestadores de serviços e poder público.

VISÃO

Ser um consórcio público de referência na regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, reconhecido pela competência de seus colaboradores, cooperação institucional, inovação e comprometimento com a qualidade de vida da população.

VALORES

Responsabilidade, ética, eficiência, eficácia, transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade.

OBJETIVOS

Realizar a gestão associada de serviços públicos, plena ou parcialmente, através do exercício das atividades de regulação e fiscalização de serviços públicos de saneamento básico, aos municípios consorciados e conveniados.

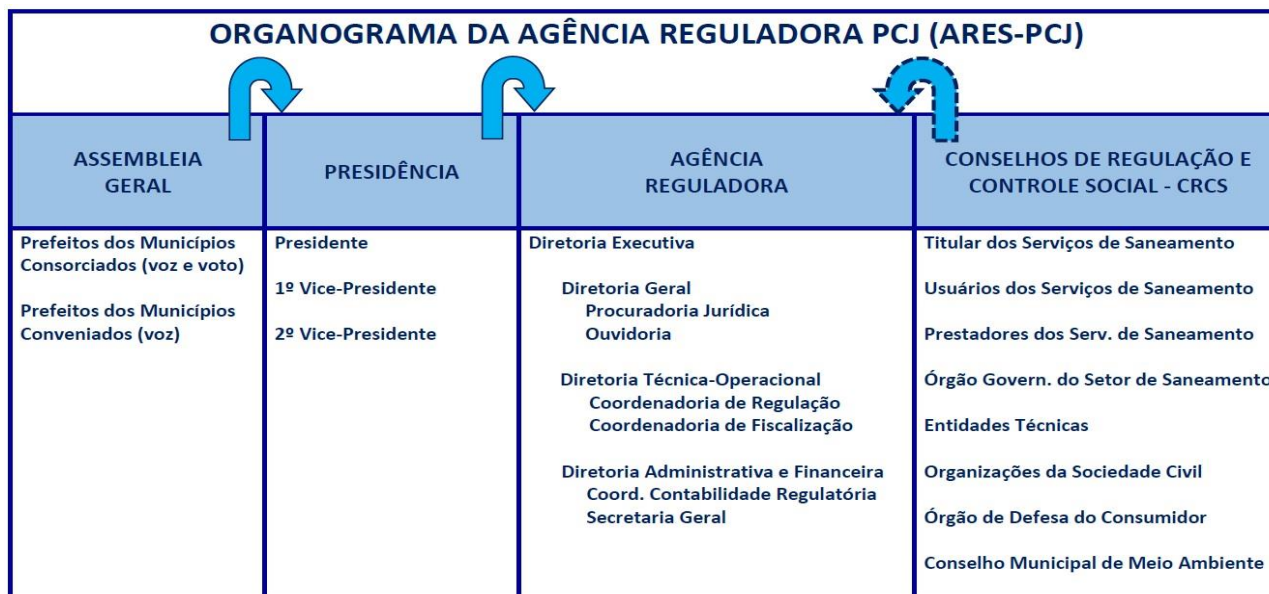
COMPETÊNCIAS

Exercer as atividades de regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, delegadas pelos municípios consorciados e conveniados, dentre elas:

- A edição de regulamento, abrangendo as normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, a que se refere o art. 23 da Lei federal nº 11.445/2007;
- O exercício de fiscalização e do poder de polícia relativo aos serviços públicos mencionados, especialmente a aplicação de penalidades por descumprimento de preceitos administrativos ou contratuais, bem como em casos de intervenção e retomada da operação dos serviços delegados, conforme condições previstas em leis e em documentos contratuais;
- A análise, fixação, revisão e reajuste dos valores de taxas, tarifas e outros preços públicos, bem como a elaboração de estudos e planilhas referentes aos custos dos serviços e sua recuperação;
- A fixação, o reajuste de taxas e tarifas relativas aos serviços públicos de saneamento básico prestados nos Municípios associados.

5 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional da ARES-PCJ é composta pela Assembleia Geral, Presidência e Agência Reguladora. Os Conselhos de Regulação e Controle Social - órgãos consultivos e de apoio à ARES-PCJ, criados nos municípios associados. Seus membros são indicados pelo Prefeito Municipal.



ASSEMBLEIA GERAL

É a instância deliberativa máxima da Agência Reguladora PCJ, composta pelos prefeitos dos municípios consorciados (voz e voto), e pelos prefeitos dos municípios conveniados (voz).

PRESIDÊNCIA

A Presidência da ARES-PCJ é órgão deliberativo composto por: Presidente, 1º Vice-Presidente e 2º Vice-Presidente, para mandato de dois anos.

a) Mandato Temporário

Para o Mandato Temporário (de 1º de janeiro a 31 de março de 2017), tivemos:

- **Presidente:** Omar Najar - Prefeito de Americana

b) Mandato 2017-2018

Para a Gestão 2017/2018 (de 1º de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2018) foram eleitos:

- **Presidente:** Jaime César da Cruz - Prefeito de Vinhedo
- **1º Vice-Presidente:** Ângelo Augusto Perugini - Prefeito de Hortolândia
- **2º Vice-Presidente:** Mario Celso Botion – Prefeito de Limeira

AGÊNCIA REGULADORA

A Agência Reguladora é órgão executivo do Consórcio Público ARES-PCJ, composta pela Diretoria Executiva (Diretoria Geral, Diretoria Técnica-Operacional e Diretoria Administrativa e Financeira), Procuradoria Jurídica, Ouvidoria, Analistas Técnicos e Assistentes Administrativos.

6 - ESTRUTURA FUNCIONAL

A Diretoria Executiva da Agência Reguladora PCJ encerrou o Exercício de 2017 composta pelos seguintes colaboradores e estagiários:

DIRETORIA GERAL

Diretor: Dalto Favero Brochi

PROCURADORIA JURÍDICA

Procuradores: Newton Garcia Faustino
Carlos Roberto de Oliveira (*licenciado para ocupar cargo de Diretor*)

OUVIDORIA

Ouvidor: Iuri Domarco Botão
Estagiários: Daniela Borges de Oliveira
Fernando Jacomini

DIRETORIA TÉCNICO-OPERACIONAL

Diretor: Carlos Roberto Belani Gravina

COORDENADORIA DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Analistas: Daniele Bertaco Ramirez
Débora Faria Fonseca
Ludimila Turetta
Marcelo Oliveira Santos Bacchi
Thalita Salgado Fagundes
Edilincon Martins de Albuquerque
Daniel Manzi (*licenciado a partir de 16/11/2017*)
Assistente: Rodrigo de Oliveira Taufic
Estagiária: Junia Teixeira Martins

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Diretor: Carlos Roberto de Oliveira

COORDENADORIA DE CONTABILIDADE REGULATÓRIA

Coordenador: Lucas Candido dos Santos
Analista: Geyse Renata Zonzini
Assistente: Michael Renato Ribeiro

SECRETARIA GERAL

Coordenador: Paulo de Oliveira Matos Junior
Assistente: Laís Nonato da Costa
Auxiliar: Maria Aparecida da Costa G. M. Stefanini
Estagiário: Marcus Vinícius dos Santos Arias

7 - ESTRUTURA FÍSICA

SEDE – AMERICANA

A sede da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - ARES-PCJ, está localizada no município de Americana / SP, na Rua Sete de Setembro, nº 751 - Centro.

Ao final do Exercício de 2017, na sede ARES-PCJ estavam lotados os 18 (dezoito) colaboradores e 4 (quatro) estagiários, e onde também estavam centralizadas as atividades e ações técnicas e administrativas relativas à regulação e fiscalização dos serviços de água e esgoto, além da procuradoria jurídica e ouvidoria.

A Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - ARES-PCJ, adquiriu em maio de 2016 imóvel na Avenida Paulista, nº 633 – Jardim Santana – Americana / SP, para transformá-lo em sua sede. As obras de reforma e ampliação do imóvel transcorreram durante o ano de 2017 e sua previsão de término é para o mês de março de 2018.

ESCRITÓRIO REGIONAL – PIRACICABA

Em dezembro de 2017 a ARES-PCJ desativou seu Escritório Regional em Piracicaba, que concentrava as atividades de fiscalização dos serviços de coleta, afastamento e manejo de resíduos sólidos urbanos daquele município.

Essas atividades passaram a ocorrer juntamente às demais, no Escritório Sede, em Americana.

FROTA DE VEÍCULOS

A frota da Agência Reguladora PCJ, ao final do Exercício de 2017, estava composta de 6 (seis) veículos, sendo:

- 03 (três) Hyundai HB 20;
- 01 (um) Hyundai HB 20S;
- 01 (um) Fiat Doblô;
- 01 (um) VW Gol.

8 - DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES

No Exercício de 2017, através da gestão associada de serviços públicos, a Agência Reguladora PCJ desenvolveu atividades de regulação e fiscalização nos municípios associados (consorciados e conveniados), além de ações de fortalecimento institucional, capacitação dos colaboradores e prestadores, dentre outras, conforme Proposta de Programa Anual de Trabalho - 2017, aprovada na 11ª Assembleia Geral da ARES-PCJ, ocorrida em 24 de novembro de 2016.

O Programa Anual de Trabalho – 2017 foi elaborado pela Diretoria Executiva da ARES-PCJ e está dividido em Programas e Projetos, conforme o quadro abaixo.

PROGRAMA	PROJETO	OBJETIVO
1 - Organização Institucional	1.1 - Gestão e Fortalecimento	Administração geral da ARES-PCJ
	1.2 - Sede Própria	Aquisição da sede
2 - Capacitação e Treinamento	2.1 - Atualização em Regulação	Informações sobre a regulação do setor
	2.2 - Aprender e Ensinar	Capacitação, cursos e treinamentos
3 - Cooperação Institucional	3.1 - Agências Parceiras	Troca de informações e experiências
4 - Publicações Temáticas	4.1 - Nossa Impressão	Divulgação das atividades e ações
5 - Ouvidoria Itinerante	5.1 - Vozes da Rua	Divulgação institucional e avaliação da prestação dos serviços
6 - Recursos Humanos	6.1 - Nossa Força	Valorização dos empregados
7 - Tecnologia e Informação	7.1 - Informatização	Informatizar os procedimentos internos
8 - Contabilidade e Finanças	8.1 - Caixa Forte	Sustentabilidade econômica e financeira
	8.2 - Auditoria Externa	Avaliação da contabilidade e finanças
9 - Contabilidade Regulatória	9.1 - Contas Abertas	Avaliação dos sistemas contábeis dos prestadores
10 - Apoio ao Prestador	10.1 - Boas Práticas	Parceria e apoio aos prestadores
11 - Normas e Regulamentos	11.1 - Normatizar e Crescer	Elaboração de normas e regulamentos
	11.1 - Tarifa Justa	Estudos sobre revisões e reajustes tarifários
12 - Indicadores de Desempenho	12.1 - Eficácia com Eficiência	Avaliação de desempenho dos prestadores
13 - Planos de Saneamento	13.1 - Saneamento que Queremos	Acompanhamento da execução dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)
14 - Visitas e Inspeções	14.1 - Olho Vivo	Diagnóstico, fiscalização e avaliação dos sistemas
	14.2 - Qualidade Total	Monitoramento da qualidade da prestação dos serviços

8.1 - DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E PROJETOS

1 - ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1 - Gestão e Fortalecimento:

Implantação e manutenção da administração geral da ARES-PCJ, incluindo a contratação de funcionários, estruturação da parte física, aquisição de bens, equipamentos e materiais, dentre outras. Essas atividades e ações são contínuas.

1.2 - Sede Própria:

No ano de 2017, a ARES-PCJ deu início à reforma, ampliação e construção de instalações complementares ao imóvel localizado na Av. Paulista nº 633 - Jardim Santana, em Americana, onde será a sede própria da Agência. A previsão de mudança para a sede própria é o mês de março/2018.

2 - CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

2.1 - Atualização em Regulação:

- Realização do II ENARMIS - Encontro Nacional de Agências Reguladoras Municipais e Intermunicipais de Saneamento Básico, em parceria com as Agências ARIS E AGIR (SC);
- Participação na *Sustainable Drainage Conference*, em Lisboa – Portugal;
- Participação em Reuniões da Câmara Técnica de Saneamento (CTSAN/ABAR);
- Participação no 47º Congresso da ASSEMAE, em Campinas-SP;
- Participação no X Congresso Brasileiro de Regulação, em Florianópolis-SP;
- Participação na 2ª Feira Intern. de Tecnologia e Soluções Ambientais - Pollutec Brasil
- Participação no 2º Prêmio Sustentabilidade - ABCON/SINDCON
- Participação no III Congresso Maranhense de Consórcios Públicos Intermunicipais;
- Participação no I Encontro Técnico da Qualidade da Água de Consumo Humano da Vigilância Sanitária (GVS Piracicaba-SP);
- Participação no 7º Seminário Estadual Água e Saúde – Água de Beber
- Participação no 5th IWA Water and Development Congress & Exhibition, em Buenos Aires, com a apresentação oral do trabalho *Reuse of effluents from wastewater treatment plants in municipalities regulated by Regulatory Agency ARES-PCJ*;

2.2 - Aprender e Ensinar:

- Curso “Conceitos Econômicos Básicos e Equilíbrio Econômico-Financeiro”, organizado em parceria com a Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia (FUNDACE/USP)
- Participação da ARES-PCJ no Programa Interáguas, do Ministério das Cidades;
- Participação no curso de Controle Interno (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo);
- Participação em cursos e capacitações do Projeto Regulasan (Ministério das Cidades):
 - ✓ Curso Nacional de Regulação e Fiscalização de Serviços de Saneamento Básico;
 - ✓ Capacitação em Assistência Técnica, Elaboração de Estudos e Capacitação Técnica;
 - ✓ Avaliação Econômico-Financeira e Tarifas;
 - ✓ Contabilidade Regulatória;

- Participação no Curso “Gestão em Ouvidoria” (Escola Nacional de Administração Pública)
- Participação no Curso “Desafios da Governança na Administração Pública” (CEBI Informática);
- Participação no Workshop “Inovações Tecnológicas”, do Centro de Vigilância Sanitária.

3 - COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

3.1 - Entidades Parceiras

- Visita Técnica à Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos de Portugal (ERSAR), com a qual a ARES-PCJ possui Acordo de Cooperação Técnica para troca de experiências e de conhecimento;
- Visita ao Centro Internacional de Água de Lisboa - *LisWater*, vinculado ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC);
- Visita à *Subdirección General de Planificación y uso Sostenible del Agua*, órgão responsável pelo planejamento e disponibilidade hídrica para abastecimento público, do Ministério de Agricultura, Pesca, Alimentação e Meio Ambiente da Espanha;
- Visita à *Confederación Hidrográfica del Júcar*, órgão responsável pelo abastecimento, esgotamento sanitário e drenagem urbana, em Valencia – Espanha;
- Visita ao Canal Isabel II, órgão responsável pelo abastecimento em Madri – Espanha;
- Participação em Reuniões da Câmara Técnica de Saneamento (CTSAN/ABAR);
- Participação na Assembleia da ASSEMAE, em Campinas-SP;
- Participação no Congresso da ABAR, em Florianópolis-SC
- Participação no Comitê Permanente de Qualidade da Água do Estado de São Paulo, junto dos órgãos governamentais ligados ao setor e da ARSESP.
- Reuniões de trabalho com representantes da ARIS/SC, AGIR/SC, CISAB-RC/MG, ADASA/DF, ARSP/ES e Agência Nacional de Águas - ANA
- Desenvolvimento e realização do 2º ENARMIS - Encontro Nacional das Agência Reguladoras Municipais e Intermunicipais de Saneamento, em Campinas-SP.

4 - PUBLICAÇÃO TEMÁTICA

4.1 - Nossa Impressão

Elaboração do Boletim Informativo Regulação;
Inserção de informações no sítio eletrônico;
Inserção de informações nas redes sociais;
Produção de vídeos institucionais;
Veiculação da série de vídeos “Minuto Informação”

5 - OUVIDORIA ITINERANTE

5.1 - Vozes da Rua

A Ouvidoria Itinerante da ARES-PCJ visitou 40 (quarenta) municípios consorciados e conveniados durante o ano de 2017.

6 - RECURSOS HUMANOS

6.1 - Nossa Força

- Participação no II ENARMIS - Encontro Nacional de Agências Reguladoras Municipais e Intermunicipais de Saneamento Básico, em parceria com as Agências ARIS E AGIR (SC);
- Participação em Reuniões da Câmara Técnica de Saneamento (CTSAN/ABAR);
- Participação no 47º Congresso da ASSEMAE (Campinas-SP);
- Participação no X Congresso Brasileiro de Regulação (Florianópolis-SP);
- Participação na 2ª Feira Intern. de Tecnologia e Soluções Ambientais – Pollutec Brasil
- Participação no 2º Prêmio Sustentabilidade – ABCON/SINDCON
- Participação no III Congresso Maranhense de Consórcios Públicos Intermunicipais;
- Participação no I Encontro Técnico da Qualidade da Água de Consumo Humano da Vigilância Sanitária (GVS - Piracicaba-SP);
- Participação no 7º Seminário Estadual Água e Saúde – Água de Beber
- Participação no 5th IWA Water and Development Congress & Exhibition, em Buenos Aires, com a apresentação oral do trabalho *Reuse of effluents from wastewater treatment plants in municipalities regulated by Regulatory Agency ARES-PCJ*;
- Realização do Curso “Conceitos Econômicos Básicos e Equilíbrio Econômico-Financeiro”, organizado em parceria com a Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia (FUNDAPE/USP)
- Participação no curso de Controle Interno (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo);
- Participação em cursos e capacitações do Projeto Regulasan (Ministério das Cidades):
 - ✓ Curso Nacional de Regulação e Fiscalização de Serviços de Saneamento Básico;
 - ✓ Capacitação em Assistência Técnica, Elaboração de Estudos e Capacitação Técnica;
 - ✓ Avaliação Econômico-Financeira e Tarifas;
 - ✓ Contabilidade Regulatória;
- Participação no Curso “Gestão em Ouvidoria” (Escola Nacional de Administração Pública)
- Participação no Curso “Desafios da Governança na Administração Pública” (CEBI Informática);
- Participação no Workshop “Inovações Tecnológicas”, do Centro de Vigilância Sanitária.

7 - TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

7.1 - Informatização

Desenvolvimento de novas ferramentas e funcionalidades do software “Sistema de Informações de Fiscalização Unificado” – SIFU, para receber, processar e analisar todas as informações técnicas dos programas de fiscalização e monitoramento da ARES-PCJ.

Implantação de Sistema Informatizado, desenvolvido pela empresa CEBI Informática, para atividades internas de Contabilidade, Licitações, Compras, Patrimônio e Ouvidoria

8 - CONTABILIDADE E FINANÇAS

8.1 - Caixa Forte

A sustentabilidade da ARES-PCJ se dá através da Taxa de Regulação aplicada aos prestadores de serviços de saneamento em cada município. Atualmente está fixada em 0,3% das receitas líquidas do ano anterior, dividida em 10 parcelas mensais.

8.2 - Auditoria Externa

Contratação de auditoria externa independente para acompanhamento e orientação das ações da contabilidade interna e suporte à Diretoria Executiva da ARES-PCJ.

9 - CONTABILIDADE REGULATÓRIA

9.1 - Contas Abertas

Desenvolvimento de novas ferramentas e funcionalidades do software SONAR, para Gestão Regulatória que compreende as informações dos demonstrativos contábeis e financeiros, faturamento, bem como os dados físicos (água, esgoto, energia elétrica e colaboradores).

10 - APOIO AO PRESTADOR

10.1 - Boas Práticas

Finalização e apuração de resultados do projeto de Distrito de Medição e Controle – DMC (pressão e vazão) em área piloto em Santa Bárbara d’Oeste, visando estimar os índices de perdas de água e extrapolar os resultados e conclusões, no auxílio à redução e controle de perdas de água nos diversos sistemas de abastecimento público de água.

Execução, em parceria com o Ministério das Cidades e o Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha a primeira edição do programa “Redes de Aprendizagem em Gestão de Perdas de Água e Energia Elétrica em Sistemas de Abastecimento de Água” entre os meses de fevereiro/2017 e janeiro/2018.

Formulação do Programa “Boas Práticas”, visando a troca de experiências e conhecimento entre Prestadores Regulados.

11 - NORMAS E REGULAMENTOS

11.1 - Normatizar e Crescer

Edição de 4 (quatro) resoluções de caráter normativo:

RESOLUÇÃO ARES-PCJ Nº 198, de 07/07/2017, que altera a redação de artigos e inclui parágrafos na Resolução ARES-PCJ nº 50, de 28/02/2014, que estabelece as Condições Gerais de Prestação dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água Tratada e de Esgotamento Sanitário, no âmbito dos municípios associados à ARES-PCJ;

RESOLUÇÃO ARES-PCJ Nº 207, de 11/08/2017, *que inclui parágrafo único ao artigo 3º da Resolução ARES-PCJ nº 70, de 11/12/2014, que estabelece as condições gerais e procedimentos a serem observados pelas entidades públicas ou privadas, Concessionárias e Parceiras-Privadas de serviços públicos de saneamento básico nos municípios vinculados à regulação e fiscalização da ARES-PCJ;*

RESOLUÇÃO ARES-PCJ Nº 215 de 01/12/2017, *que dispõe sobre a alíquota, metodologia de apuração e forma de repasse do valor da Taxa de Regulação e Fiscalização referente ao Exercício de 2018, cobrada pela ARES-PCJ, junto aos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento, e dá outras providências;*

RESOLUÇÃO ARES-PCJ Nº 218, de 15/12/2017, *que altera a redação do Parágrafo 8º do Artigo 3º da Resolução ARES-PCJ nº 01, de 21/11/2011, que dispõe sobre as regras para instalação e funcionamento dos Conselhos de Regulação e Controle Social, no âmbito dos municípios regulados pela ARES-PCJ.*

11.2 - Tarifa Justa

Edição de 37 (trinta e sete) Resoluções de reajustes tarifários;

12 - INDICADORES DE DESEMPENHO

12.1 - Eficácia com Eficiência

A ARES-PCJ participa do Projeto Acertar, do Ministério das Cidades, para realização de diagnóstico e elaboração de manuais para auditoria em informações e indicadores de desempenho pelas Agências Reguladoras junto dos Prestadores de Serviço.

13 - PLANOS DE SANEAMENTO

13.1 - Saneamento que Queremos

Realização de novo diagnóstico dos Planos Municipais de Saneamento Básico dos municípios regulados, com troca de informação entre ARES-PCJ, prefeituras e prestadores, visando aferir e atualização de dados dos instrumentos de planejamento.

14 - VISITAS E INSPEÇÕES

14.1 - Olho Vivo

Fiscalização de mais de 500 unidades inspecionadas em campo, com emissão de 73 relatórios de fiscalização.

Desenvolvimento de metodologia e aplicação da Fiscalização de Condições Gerais da Prestação de Serviços de Saneamento, também chamada de Fiscalização Comercial.

14.2 - Qualidade Total

Programas de monitoramento da qualidade da água, esgoto e pressão continuaram e alcançaram valores expressivos: 745 amostras de água e 95 amostras de esgoto analisadas; mais de 98.000 horas de pressões monitoradas nos municípios associados; 243 equipamentos monitorados em análises preditivas de termografia e vibração.

9 - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E INSTITUCIONAIS

9.1 - RECURSOS HUMANOS

No final do Exercício de 2017 a Agência Reguladora PCJ contava com 26 colaboradores, sendo:

CARGO / FUNÇÃO	Nº DE COLABORADORES
- Diretor	03
- Procurador Jurídico	01
- Ouvidor	01
- Analista de Regulação e Fiscalização	09
- Assistente Administrativo	04
- Assessoria	04
- Estagiário	04

9.2 - ASSEMBLEIAS GERAIS

Anualmente a Agência Reguladora PCJ realiza 2 (duas) Assembleias Ordinárias e, se necessário, Assembleias Extraordinárias. Essas reuniões são estruturadas e organizadas pela Diretoria Executiva da ARES-PCJ. No exercício de 2017 foram realizadas as seguintes assembleias:

ASSEMBLEIA	DATA	LOCAL	MUNICÍPIO
- 12ª Assembleia Geral Ordinária	23/03/2017	Hotel NOHOTEL	Americana
- 13ª Assembleia Geral Ordinária	30/11/2017	Hotel NOHOTEL	Americana

9.3 - REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Os Diretores da Agência Reguladora PCJ (Diretor Geral, Diretor Técnico-Operacional e Diretor Administrativo e Financeiro), se reúnem sempre que necessário para deliberar, de forma colegiada, sobre assuntos de suas competências e de interesse institucional.

9.4 - PROCURADORIA JURÍDICA

Durante o ano de 2017 a Procuradoria da Agência Reguladora PCJ acompanhou 20 processos licitatórios dentre Pregões, Carta Convites e Leilões (mais 84 Dispensas e 2 Inexigibilidades); emitiu 52 pareceres jurídicos, elaborou 56 contratos e termos aditivos, dentre outras várias atividades de assessoramento à Diretoria Executiva da ARES-PCJ.

9.5 - OUVIDORIA

Durante o ano de 2017 a Ouvidoria da ARES-PCJ recebeu aproximadamente 17.000 contatos, que resultaram em 708 solicitações, distribuídas conforme os gráficos abaixo.

Gráfico 1 – Distribuição das reclamações por assunto

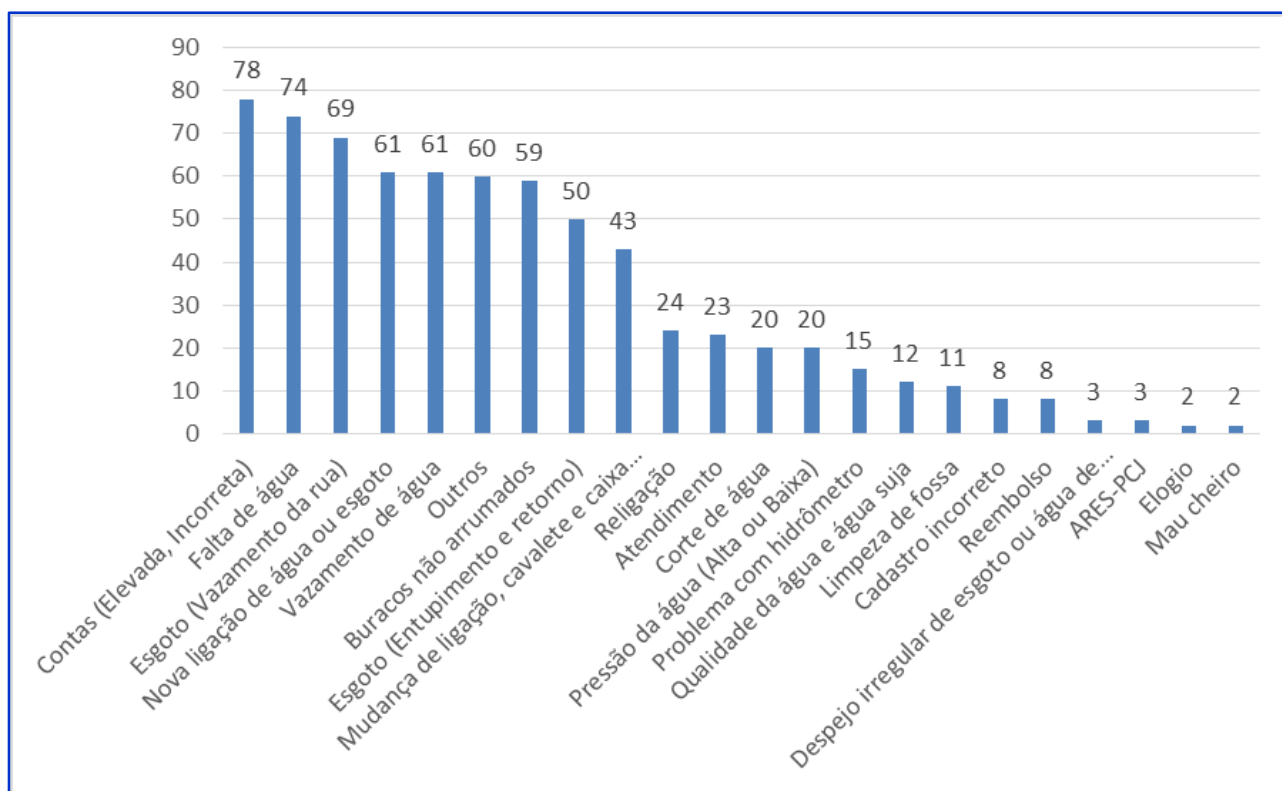
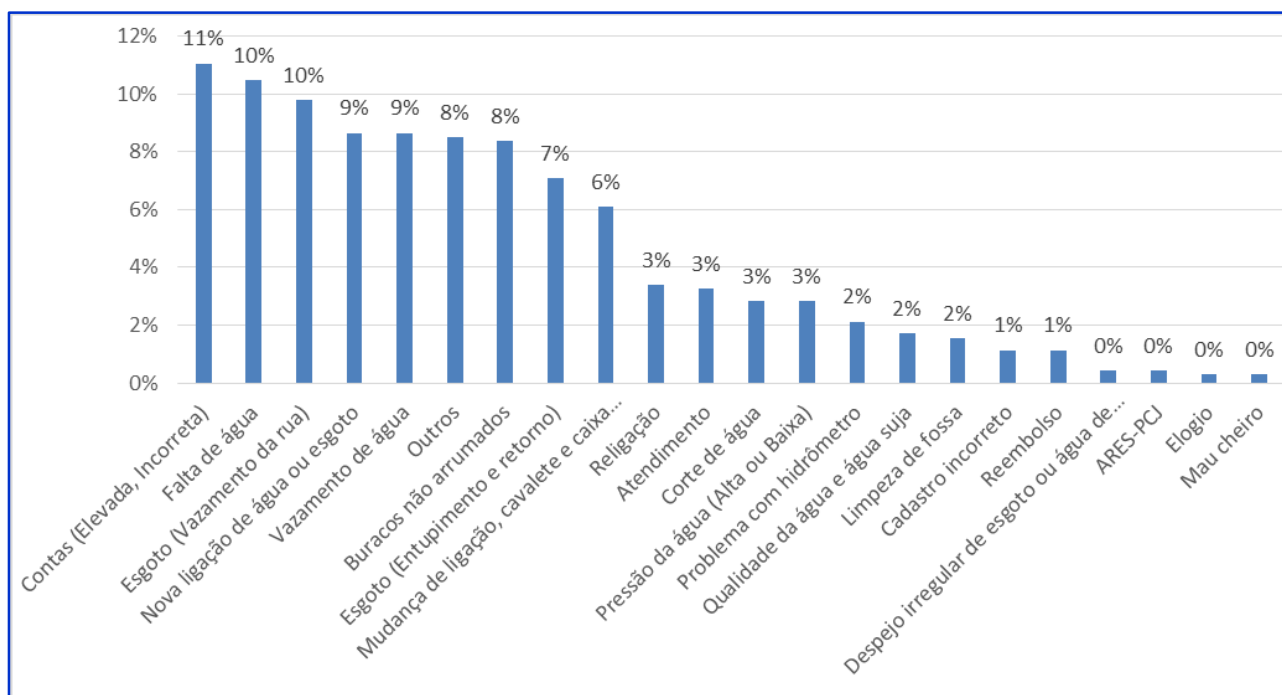


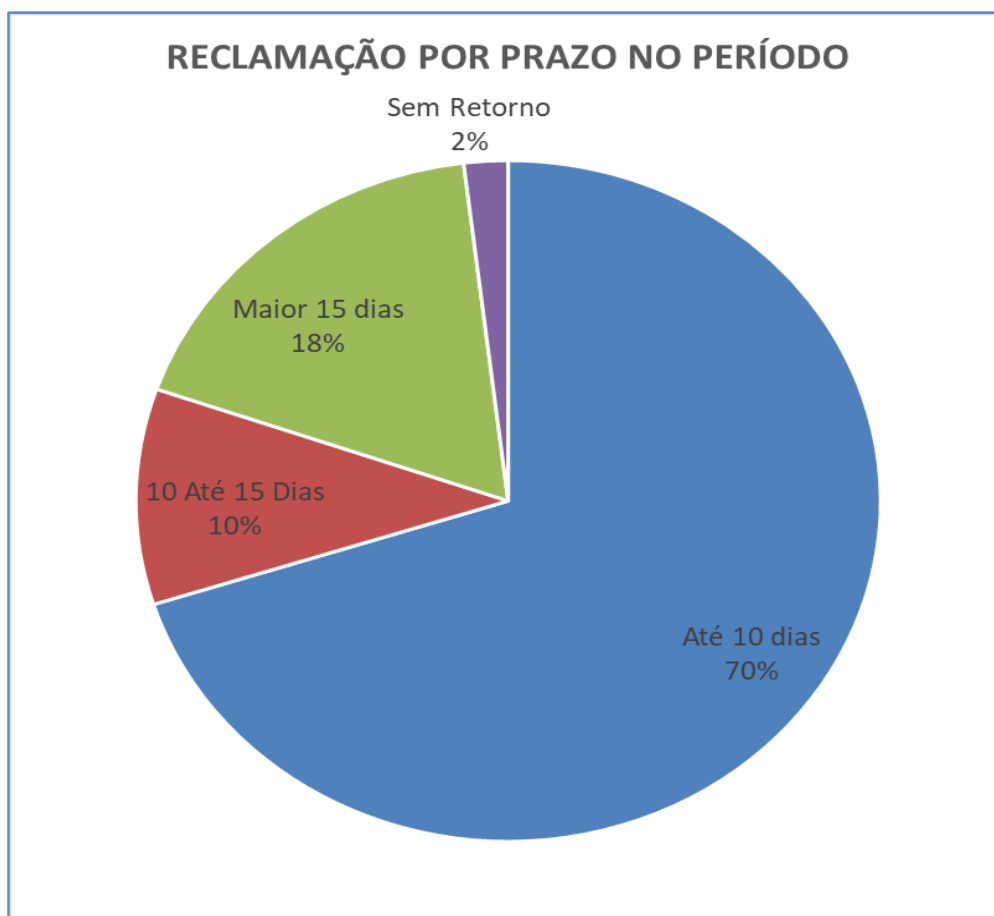
Gráfico 2 – Distribuição das reclamações por assunto (%)



A predominância, como se observa, é de reclamações sobre valores das contas e falta de água, em primeiro e segundo lugar, respectivamente. As duas categorias também foram as principais nos anos anteriores, e tal constância leva à conclusão de serem esses os motivos que mais motivam a reclamação dos usuários ao longo do tempo.

A Resolução ARES-PCJ nº 49, que trata dos procedimentos da Ouvidoria, estipula que o prazo para resposta dos prestadores é de 10 dias, prorrogáveis por mais 5 em caso de solicitação do prestador para casos mais complexos. Tal prazo foi cumprido em 80% das reclamações, porém 18% delas foram respondidas fora do prazo, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 3 – Distribuição das reclamações por prazo



Os dados mostram um avanço em relação ao ano anterior, em que 30% das solicitações haviam sido respondidas fora do prazo, no entanto ainda há margem para aprimoramento, motivo pelo qual serão realizadas ações junto aos prestadores dos serviços de água e esgoto para aprimoramento dos prazos.

9.6 - PROCESSO ADMINISTRATIVO

Durante o ano de 2017 foram abertos 206 Processos Administrativos pela Secretaria Geral da Agência Reguladora PCJ.

No mesmo período foram elaborados e emitidos 1.495 ofícios.

9.7 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

A fim de informar os municípios associados, sobre as ações desenvolvidas referentes à regulação e fiscalização dos serviços de saneamento, a ARES-PCJ elaborou mais de 600 Relatórios de Atividades, que foram encaminhados a todos os Vereadores dos municípios regulados.

Também foram elaborados 23 Relatórios de Atividades referentes aos Convênios de Cooperação, que foram encaminhados aos Prefeitos e aos Gestores dos Serviços de Saneamento dos municípios conveniados.

9.8 - DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

A ARES-PCJ se utiliza de mídias impressas e digitais e de redes sociais para publicar e divulgar suas atividades e ações. Durante o ano de 2017 a Agência Reguladora PCJ realizou:

- Vídeos: disponibilização da Série “Minuto Informação”, sobre os direitos e deveres dos usuários dos serviços de saneamento, com 15 vídeos publicados no *Youtube*;
- Publicação: 4 edições impressas do Boletim Informativo Regulação, distribuídos nos municípios associados;
- Impressão e distribuição de materiais institucionais: Folder Institucional, *Flyer* sobre Direitos e Deveres dos Usuários e ímãs com os contatos da ouvidoria, etc.;
- Divulgação de releases e atendimento à imprensa regional que resultaram na veiculação de 199 matérias jornalísticas;
- Publicação de 86 notícias no site da ARES-PCJ (www.arespcj.com.br);
- Publicação de conteúdos no Facebook (4.000 seguidores) e no Twitter (6.600 seguidores).

10 - DEMONSTRATIVO CONTÁBIL E FINANCEIRO

10.1 - ORÇAMENTO ANUAL (EXERCÍCIO 2017)

Durante a 11ª Assembleia Geral Ordinária da Agência Reguladora PCJ, ocorrida em 24/11/2016, foi aprovada a Proposta de Orçamento para o Exercício de 2017, na ordem de R\$ 10.000.000,00. Em 30/11/2017, durante a 13ª Assembleia Geral Ordinária, os valores do Orçamento para o Exercício de 2017 foram revisados e atualizados, passando a vigorar da seguinte forma:

AGÊNCIA REGULADORA PCJ - ORÇAMENTO 2017			
(Revisado e Atualizado em 30/11/2017)			
RECEITAS	R\$	DESPESAS	R\$
RECEITAS CORRENTES	6.500.000,00	DESPESAS CORRENTES	7.150.000,00
Receita Patrimonial	700.000,00	Despesas com Pessoal e Enc. Sociais	3.162.671,13
Receitas Financeiras	700.000,00	Vencimentos e Vantagens	2.390.000,00
		Obrigações Patronais	700.000,00
Receita de Serviços	6.000.000,00	Indenizações e Restit. Trabalhistas	0,00
Taxa de Regulação (Água e Esgoto)	5.000.000,00	Ressarc. Desp. - Pessoal Requisitado	72.671,13
Taxa de Regulação (Resíduos Sólidos)	1.000.000,00		
		Outras Despesas Correntes	3.987.328,87
Outras Receitas Correntes	300.000,00	Diárias – Pessoal Civil	20.000,00
Programa de Educação Ambiental	300.000,00	Material de Consumo	120.000,00
		Matl. Bem ou Serv. de Distr. Gratuita	50.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	Serviços de Consultoria	330.000,00
		Outros Serv. Terceiros - P. Física	120.000,00
SUPERÁVIT - EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.000.000,00	Outros Serv. Terceiros - P. Jurídica	3.257.328,87
Superávit de Exercícios Anteriores	3.000.000,00	Obrigações Tribut. e Contributivas	45.000,00
		Auxílio Transporte	45.000,00
		Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
		DESPESAS DE CAPITAL	2.848.000,00
		Equipamentos e Matl. Permanente	430.000,00
		Obras e Instalações	2.418.000,00
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.000,00
		Reserva de Contingência	2.000,00
TOTAL DAS RECEITAS	10.000.000,00	TOTAL DAS DESPESAS	10.000.000,00

10.2 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (EXERCÍCIO 2017)

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS PCJ (ARES-PCJ)									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017									
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS					
RECEITAS	VALOR (R\$)			DESPESAS	VALOR (R\$)				
	PREVISÃO	REALIZADAS	SALDO		DOTAÇÃO	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	7.000.000,00	9.116.886,60	2.116.886,60	DESPESAS CORRENTES	7.150.000,00	6.665.817,29	6.135.600,60	5.908.411,84	484.182,71
Receita Tributária	6.000.000,00	7.885.509,49	1.885.509,49	Pessoal e Encargos	3.162.671,13	3.003.867,29	3.003.967,29	2.845.993,71	158.803,84
Receita Patrimonial	700.000,00	889.712,31	189.712,31	Outras Despesas Correntes	3.987.328,87	3.661.950,00	3.131.733,31	3.062.478,13	325.378,87
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00						
Outras Rec. Correntes	300.000,00	341.664,80	41.664,80	DESPESAS DE CAPITAL	2.848.000,00	2.444.432,82	1.544.210,56	1.537.201,61	403.567,18
				Investimentos	2.848.000,00	2.444.432,82	1.544.210,56	1.537.201,61	403.567,18
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	43.885,00	43.885,00	Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS	7.000.000,00	9.160.741,60	2.160.741,60	SUBTOTAL DAS DESPESAS	10.000.000,00	9.110.250,11	7.679.811,16	7.445.613,45	889.749,89
DÉFICIT	3.000.000,00	0,00		SUPERÁVIT	0,00	50.491,49			
TOTAL DAS RECEITAS	10.000.000,00	9.160.741,60		TOTAL DAS DESPESAS	10.000.000,00	9.160.741,60	7.679.811,16	7.445.613,45	839.258,40

10.3 - BALANÇO FINANCEIRO (EXERCÍCIO 2017)

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS PCJ (ARES-PCJ)					
BALANÇO FINANCEIRO - ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017					
RECEITAS	VALOR (R\$)		DESPESAS	VALOR (R\$)	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	9.160.741,60	8.460.444,33	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	9.110.250,11	9.506.475,27
Ordinária	9.160.741,60	8.456.114,33	Ordinária	9.110.250,11	9.506.475,27
Vinculada (Alienação de Veículo)	0,00	4.330,00	Vinculada	0,00	0,00
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	7.167.833,10	4.763.275,89	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	5.703.338,89	4.697.045,22
RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)	1.664.636,66	284.750,60	RESTOS A PAGAR (LIQUIDADOS)	286.359,16	208.588,44
DEPÓSITOS	662.491,47	474.122,46	DEPÓSITOS	582.44,38	484.053,95
OUTRAS MOVIMENT. EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.840.704,97	4.004.402,83	OUTRAS MOVIMENT. EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.834.535,35	4.004.402,83
Conforme Anexo 13-A	4.840.704,97	4.004.402,83	Conforme Anexo 13-A	4.834.535,35	4.004.402,83
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	10.085.965,11	11.065.765,38	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	11.600.950,81	10.085.965,11
DISPONÍVEL	10.085.965,11	11.065.765,38	DISPONÍVEL	11.600.950,81	10.085.965,11
Caixa	1.004,60	1.878,08	Caixa	1.313,58	1.004,60
Bancos Conta Movimento	2.457.054,11	991.636,16	Bancos Conta Movimento	2.194.318,02	2.457.054,11
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	7.562.906,40	10.007.251,14	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	9.332.319,21	7.562.906,40
Poupança	65.000,00	65.000,00	Poupança	73.000,00	65.000,00
TOTAL	26.414.539,91	24.289.485,60	TOTAL	26.414.539,81	24.289.485,60

10.4 - BALANÇO PATRIMONIAL (EXERCÍCIO 2017)

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS PCJ (ARES-PCJ)					
BALANÇO PATRIMONIAL - ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017					
ATIVO	VALOR (R\$)		PASSIVO	VALOR (R\$)	
ESPECIFICAÇÃO	Exerc. Atual	Exerc. Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exerc. Atual	Exerc. Anterior
ATIVO CIRCULANTE	11.600.950,81	10.098.196,45	PASSIVO CIRCULANTE	322.587,55	206.495,24
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11.527.950,81	10.020.965,11	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREV. E SOCIAIS	173.219,51	149.741,91
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	9.332.319,21	7.562.906,40	PESSOAL A PAGAR	109.125,92	94.202,71
Caixa	1.313,58	1.004,60	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	64.093,59	55.539,20
Bancos Conta Movimento/Contas Próprias/Conta Única	2.194.318,02	2.457.054,11	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE CURTO PRAZO	60.978,20	48.410,58
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	0,00	12.231,34	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NAC. A CURTO PRAZO	0,00	0,00
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	0,00	4.000,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS DE CURTO PRAZO	0,00	0,00
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	0,00	8.231,34	DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	88.839,84	8.342,75
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS A CURTO PRAZO	73.000,00	65.000,00			
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	73.000,00	65.000,00	TOTAL DO PASSIVO	322.587,55	206.495,24
ATIVO NÃO CIRCULANTE	7.352.380,44	4.025.105,21	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Atual
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.230.348,97	175.755,48	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.630.743,70	13.916.806,42
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	2.230.348,97	175.755,48	PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	2.766.601,85	2.766.601,85
Dívida Ativa Tributária	1.663.679,26	24.307,13	PATRIMÔNIO SOCIAL	2.766.601,85	2.766.601,85
Dívida Ativa Não Tributária – Clientes	566.669,71	151.448,35	RESULTADOS ACUMULADOS	15.864.141,85	11.150.204,57
IMOBILIZADO	5.122.031,47	3.849.349,73	SUPERAVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	15.864.141,85	11.150.204,57
BENS MÓVEIS	610.997,14	526.311,94	Resultado do Exercício	4.713.937,28	2.566.684,28
BENS IMÓVEIS	4.866.398,95	3.492.000,00	Resultado de Exercícios Anteriores	11.150.204,57	8.583.520,29
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-355.364,62	-168.962,21	Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO	18.953.331,25	14.123.301,66	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.630.743,70	13.916.806,42
TOTAL	18.953.331,25	14.123.301,66	TOTAL	18.953.331,25	14.123.301,66

10.5 - DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (EXERCÍCIO 2017)

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS PCJ (ARES-PCJ)					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	VALOR (R\$)		VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	VALOR (R\$)	
ESPECIFICAÇÃO	Exerc. Atual	Exerc. Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exerc. Atual	Exerc. Anterior
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	7.885.509,49	6.774.635,35	PESSOAL E ENCARGOS	3.045.612,10	2.891.680,14
Taxas	7.885,509,49	6.774.635,35	Remuneração a Pessoal	2.250.076,81	2.084.314,32
			Encargos Patronais	681.119,35	647.121,85
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	2.256.033,20	176.870,55	Benefícios a Pessoal	41.744,81	42.915,88
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	2.256.033,20	176.870,55	Outras Variações Patr. Diminutivas - Pessoal e Enc.	72.671,13	117.328,09
VARIAÇÕES PATRIMON. AUMENTATIVAS FINANC.	1.031.762,03	1.625.685,25	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	3.627.374,34	6.642.105,05
Juros e Encargos de Mora	612,34	2.355,00	Uso de Material de Consumo	297.464,73	162.475,47
Remun. de Depósitos Bancários e Aplic. Financeiras	889.712,31	1.165.955,10	Serviços	3.120.375,88	6.330.633,69
Outras Variações Patr. Aumentativas - Financeiras	141.437,38	457.375,15	Depreciação, Amortização e Exaustão	209.533,73	148.995,89
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	0,00	VARIAÇÕES PATRIM. DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	8.339,24	44,17
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00	Juros e Encargos de Mora	339,24	44,17
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	Descontos Financeiros Concedidos	8.000,00	0,00
			Outras Variações Patr. Diminutivas - Financeiras	0,00	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	329.076,62	3.534.602,82			
Reavaliação de Ativos	0,00	17.784,72	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	64.051,06	27.819,97
Ganhos com Alienação	43.855,00	4.330,00	Reavaliação, Redução a Valor Recuperável	4.555,81	22.768,39
Ganhos com Incorporação de Ativos	275.481,20	3.509.056,40	Perdas com Alienação	58.051,52	0,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos	9.740,42	3.431,70	Perdas Involuntárias	1.443,73	5.051,58
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMON. AUMENTATIVAS	0,00	40.723,73	TRIBUTÁRIAS	43.067,32	24.184,09
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	40.723,73	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11.313,28	3.522,43
			Contribuições	31.754,04	20.661,66
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	11.502.381,34	12.152.517,70	TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	6.788.444,06	9.585.833,42
			RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	4.713.937,28	2.566.684,28
TOTAL	11.502.381,34	12.152.517,70	TOTAL	11.502.381,34	12.152.517,70

11 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação da ARES-PCJ – Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência Reguladora PCJ), na forma de consórcio público intermunicipal, foi um marco para a região.

A entidade nasceu da vontade dos prefeitos e dos dirigentes dos serviços municipais de saneamento, a fim de atender as exigências da Lei federal nº 11.445/2007 (Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico).

A ARES-PCJ atua em âmbito regional, por isso a união dos municípios é de fundamental importância. O Exercício de 2017 foi encerrado com 55 (cinquenta e cinco) municípios associados, com perspectivas de ampliação desse número para o próximo ano.

Como pode ser observado neste Relatório de Gestão - 2017, a Agência Reguladora PCJ apresenta resultados positivos na regulação e fiscalização dos serviços de saneamento, notadamente em água e esgoto.

Avanços podem ser verificados também na gestão institucional, visando a melhoria da regulação e fiscalização e no fortalecimento da governança institucional, principalmente com o aumento do número de Municípios Associados.

Outro avanço foi o estabelecimento de instrumentos regulatórios emitidos pela ARES-PCJ, como a metodologia e procedimentos, através de fórmula paramétrica e de sistema de contabilidade regulatória, que agilizam os procedimentos utilizados quando dos cálculos dos reajustes e revisões das tarifas dos serviços de saneamento.

Para os próximos anos, um dos principais desafios da ARES-PCJ é iniciar a regulação e fiscalização dos prestadores dos serviços públicos voltados à limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos domésticos. Vale ressaltar que desde o mês agosto de 2012 a ARES-PCJ exerce a regulação desses serviços no Município de Piracicaba.